



SED-SC

Consultor Educacional

CONHECIMENTOS GERAIS

| | |
|---|-----|
| Fundamentos legais e normativos da educação brasileira e catarinense; Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: direitos e garantias fundamentais, direitos sociais e disposições constitucionais sobre educação..... | 1 |
| Estatuto da Criança e do Adolescente: direito à educação, proteção integral e convivência familiar e comunitária..... | 11 |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996) e suas alterações: estrutura, princípios e organização das etapas e modalidades da educação básica ... | 78 |
| Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: metas, estratégias e avaliação da política educacional | 110 |
| Lei Complementar Estadual n.º 170/1998: Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina | 111 |
| Marcos legais da educação inclusiva e da educação especial | 129 |
| Legislação sobre história e cultura afro-brasileira, africana e indígena e sua implementação curricular | 131 |
| Gestão democrática do ensino público: fundamentos legais e instâncias colegiadas.. | 132 |
| Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina: direitos, deveres, responsabilidades e regime disciplinar..... | 140 |
| Currículo e organização do trabalho pedagógico..... | 168 |
| Base Nacional Comum Curricular: competências gerais, áreas do conhecimento, componentes curriculares e etapas da educação básica | 172 |
| Proposta Curricular de Santa Catarina: fundamentos históricos e concepções pedagógicas; Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense: princípios, estrutura e articulação com a BNCC | 173 |
| Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: formação geral básica, itinerários formativos, trilhas de aprofundamento e organização curricular vigente | 173 |
| Educação Profissional e Tecnológica: diretrizes curriculares nacionais e normas estaduais vigentes..... | 179 |
| Integração curricular: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização do conhecimento | 180 |
| Avaliação da aprendizagem e avaliação institucional: concepções, indicadores educacionais e uso dos resultados para melhoria da qualidade..... | 187 |
| Planejamento educacional e organização do trabalho escolar | 194 |
| Diversidade, direitos humanos e proteção integral | 195 |
| Educação em direitos humanos: princípios, marcos normativos e práticas escolares . | 201 |

SUMÁRIO

SUMÁRIO



| | |
|--|-----|
| Educação para as relações étnico-raciais: combate ao racismo, valorização da diversidade e implementação curricular | 205 |
| Educação escolar indígena, quilombola e do campo: especificidades e marcos legais | 211 |
| Diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, linguística e sociocultural: reconhecimento e promoção de equidade no contexto escolar | 219 |
| Inclusão, acessibilidade e Desenho Universal para a Aprendizagem: estratégias e adaptações para a educação para todos | 227 |
| Convivência escolar, cultura de paz e prevenção às violências: estratégias de mediação e práticas restaurativas | 233 |
| Saúde mental na escola: competências socioemocionais, bem-estar e trabalho intersetorial | 242 |
| Proteção de dados pessoais de crianças e adolescentes no contexto educacional..... | 250 |
| Tecnologias, inovação e contemporaneidade | 260 |
| Tecnologias digitais na educação e na gestão pública: fundamentos, potencialidades e desafios | 270 |
| Cultura digital, letramento digital e cidadania digital: habilidades, responsabilidade e participação crítica..... | 277 |
| Uso pedagógico e administrativo de plataformas, ambientes virtuais de aprendizagem e recursos educacionais abertos..... | 281 |
| Ensino híbrido e educação a distância: modelos, regulamentação e aplicações | 289 |
| Inteligência Artificial na educação: aplicações éticas e potencial transformador no ensino e na gestão | 290 |
| Segurança da informação, proteção de dados pessoais (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e governança digital no ambiente educacional..... | 297 |
| Inovações científicas e tecnológicas contemporâneas e seus impactos no mundo do trabalho e na sociedade | 319 |
| Administração pública, ética e contextos | 321 |
| Princípios constitucionais da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..... | 322 |
| Ética no serviço público: deveres, conflito de interesses, integridade, transparência e responsabilidade | 329 |
| Lei de Acesso à Informação: transparência ativa, passiva e sigilo | 340 |
| Relações humanas no trabalho: comunicação, trabalho em equipe e resolução de conflitos | 353 |
| Aspectos históricos, culturais, geográficos, sociais, políticos e econômicos de Santa Catarina e do Brasil contemporâneo relevantes para a compreensão das dinâmicas educacionais e administrativas..... | 361 |
| Questões | 371 |
| Gabarito..... | 384 |

SUMÁRIO



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

| | |
|---|----|
| Conceitos e modos de utilização de programas e aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações..... | 1 |
| Sistemas operacionais. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas | 40 |
| Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet..... | 64 |
| Plataformas corporativas de colaboração e mídias sociais..... | 71 |
| QUESTÕES..... | 75 |
| GABARITO | 82 |

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

| | |
|--|----|
| Política educacional brasileira e catarinense: legislação, planos vigentes, programas e prioridades da SED/SC | 1 |
| Análise e avaliação de sistemas de ensino: indicadores de qualidade, equidade, cobertura e eficiência | 6 |
| Gestão estratégica em educação: planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de programas educacionais | 10 |
| Inovação pedagógica e curricular: tendências nacionais e internacionais, educação baseada em evidências e tecnologias digitais | 14 |
| Formação continuada de professores e gestores: modelos, programas e avaliação de impacto na aprendizagem | 18 |
| Pesquisa educacional aplicada: métodos quantitativos e qualitativos, análise de evidências e uso de dados | 22 |
| Elaboração e análise de projetos pedagógicos, estudos técnicos, notas técnicas e pareceres educacionais..... | 26 |
| Inclusão, diversidade e equidade: políticas públicas, estratégias de implementação e monitoramento de resultados | 30 |
| Relações entre educação, trabalho, tecnologia e desenvolvimento social | 33 |
| Comunicação técnica e assessoramento pedagógico: relatórios, formações e consultoria a equipes escolares e regionais..... | 37 |
| Regulamentação e normas do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina | 40 |
| Comunicação pública e atendimento ao cidadão: princípios, linguagem cidadã e qualidade no serviço público | 43 |
| Gestão de riscos institucionais: identificação, análise, tratamento e monitoramento no setor público | 49 |
| Processo administrativo estadual: fases, prazos, recursos e princípios norteadores | 50 |

SUMÁRIO



| | |
|---|----|
| Federalismo brasileiro e organização do Estado: distribuição de competências entre União, estados e municípios no âmbito das políticas educacionais e sociais | 57 |
| Responsabilidade fiscal e social do servidor público: fundamentos e implicações práticas | 59 |
| Governo aberto, participação social e controle externo: mecanismos, instâncias e responsabilidades..... | 60 |
| Sustentabilidade na gestão pública: critérios socioambientais, compras sustentáveis e responsabilidade institucional..... | 62 |
| Gestão de crises e continuidade de serviços públicos: fundamentos, protocolos | 64 |
| Questões | 66 |
| Gabarito..... | 72 |

SUMÁRIO



(...)

Educação, Cultura e Desporto

Educação:

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino:

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

| ENTE FEDERADO | ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA) |
|---------------|--|
| União | Ensino superior e técnico |
| Estados e DF | Ensino fundamental e médio |
| Municípios | Educação infantil e ensino fundamental |

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.



MICROSOFT OFFICE 2019

O Microsoft Office 2019 é uma das versões mais completas e estáveis do conjunto de aplicativos de produtividade da Microsoft. Lançado como uma versão independente e sem necessidade de assinatura (diferente do Microsoft 365), ele oferece ferramentas poderosas para empresas, estudantes e profissionais que precisam de soluções eficientes para edição de documentos, criação de apresentações e análise de dados.

Com um conjunto de programas que incluem Word, Excel, PowerPoint, Outlook e outros aplicativos essenciais, o Office 2019 traz melhorias significativas em relação às versões anteriores, como novos recursos de edição, gráficos aprimorados, suporte a caneta digital e integração com serviços na nuvem.

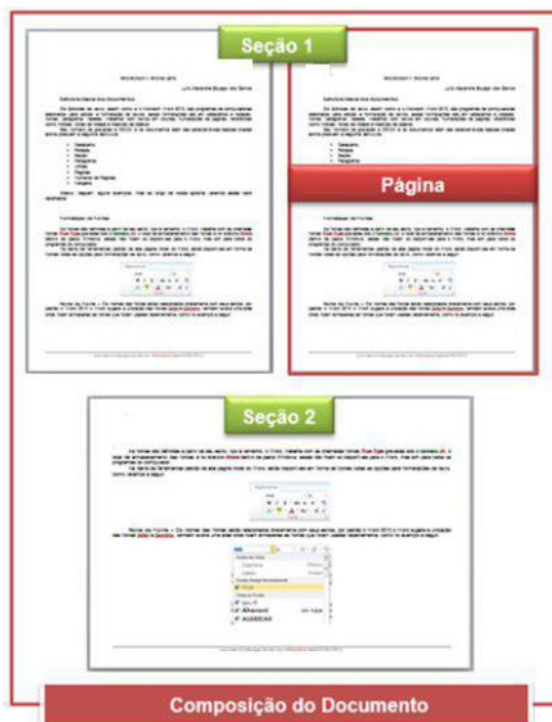
Dentre os aplicativos mais utilizados do pacote, destacam-se:

- **Microsoft Word 2019:** Processador de texto com novos recursos de edição e colaboração.
- **Microsoft Excel 2019:** Planilhas eletrônicas com novas funções e ferramentas de análise de dados.
- **Microsoft PowerPoint 2019:** Apresentações mais dinâmicas com transições avançadas e suporte a modelos 3D.

A seguir, abordaremos em detalhes esses aplicativos e suas principais novidades:

► Word

O Microsoft Word 2019 é uma versão avançada do popular editor de texto parte do Microsoft Office. Este programa é amplamente utilizado tanto em ambientes corporativos quanto pessoais para a criação e edição de documentos diversos.





A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA ESTRUTURANTE DO ESTADO BRASILEIRO

A política educacional brasileira deve ser compreendida como um conjunto de diretrizes constitucionais, leis, planos e programas administrativos voltados à garantia do direito à educação. Não se trata apenas da oferta de vagas escolares, mas da construção de um sistema jurídico e institucional orientado por finalidades amplas: desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Essa compreensão decorre diretamente do texto constitucional. A Constituição Federal dispõe, em seu art. 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Esse dispositivo é o ponto de partida de toda análise sobre política educacional.

Além disso, a Constituição estabelece princípios que vinculam a atuação dos entes federativos. O art. 206 prevê, entre outros, igualdade de condições para acesso e permanência na escola, liberdade de aprender e ensinar, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, valorização dos profissionais da educação escolar, gestão democrática do ensino público e garantia de padrão de qualidade. Esses princípios não são meras declarações abstratas; eles orientam a elaboração de leis, planos educacionais, currículos, sistemas de avaliação, programas de formação docente e políticas de financiamento. Em provas, é comum a banca exigir do candidato a capacidade de relacionar o texto constitucional com medidas concretas da administração educacional.

No Brasil, a execução da política educacional é descentralizada, mas coordenada. A União fixa diretrizes gerais, presta assistência técnica e financeira e organiza o sistema federal; os estados organizam seus sistemas de ensino, atuam especialmente no ensino fundamental e médio e coordenam parte expressiva das políticas regionais; os municípios se concentram, em regra, na educação infantil e no ensino fundamental. Essa repartição não elimina a atuação conjunta. Ao contrário, o modelo constitucional se apoia no chamado regime de colaboração, previsto no art. 211 da Constituição, pelo qual os entes devem cooperar para universalizar o atendimento escolar e assegurar qualidade, equidade e eficiência.

No caso catarinense, a política educacional estadual se insere nesse arranjo federativo. A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina atua como órgão central de formulação, coordenação e execução das políticas da rede estadual. Sua atuação envolve desde a gestão das escolas estaduais até a implementação de programas pedagógicos, formação continuada, avaliação, planejamento da oferta, inclusão e gestão administrativa. Em termos de estudo para concurso, é essencial perceber que a política educacional catarinense não pode ser analisada isoladamente: ela é uma concretização, em nível estadual, dos mandamentos constitucionais, das normas gerais da LDB, das metas do PNE e das especificidades do planejamento estadual.

LEGISLAÇÃO NACIONAL DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Constituição, LDB, PNE e financiamento

A legislação nacional da política educacional brasileira é construída sobre uma base normativa hierarquizada, em que a Constituição Federal ocupa o ápice, seguida pela legislação infraconstitucional, pelos instrumentos de planejamento e pelos mecanismos de financiamento que viabilizam, concretamente, o direito à educação. Para fins de concurso, esse tema exige uma leitura articulada: não basta conhecer dispositivos isolados. É preciso compreender como Constituição, LDB, PNE e FUNDEB formam um sistema coerente de proteção, organização e execução da política educacional.

A Constituição Federal como fundamento da política educacional

A Constituição da República de 1988 trata a educação como direito social fundamental e como dever compartilhado entre Estado, família e sociedade. O ponto de partida é o art. 205, segundo o qual “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”,